

RESUMO SEMANAL LEGISLATIVO #21

Semana de 29 de Junho a 03 de Julho

Executivo

Reunião Mercosul: Bolsonaro participou, por videoconferência, da 56ª cúpula de chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados. Na ocasião, pontuou sobre as ações do governo para a preservação da floresta amazônica e dos povos indígenas e apelou aos presidentes para que instruísem seus negociadores a fechar os textos pendentes dos acordos comerciais do Mercosul com outros blocos comerciais.

Auxílio Emergencial: Publicado o Decreto 10.412 que prorrogou o auxílio emergencial por mais dois meses. Em cerimônia no Palácio do Planalto, o Presidente afirmou que a continuação do pagamento tem o intuito de garantir o sustento de quem foi afetado pela crise econômica provocada pelo coronavírus. A prorrogação do auxílio vinha sendo defendida por membros do Legislativo e do Judiciário.

Leis: Entraram em vigor as Leis 14.017 (auxílio emergencial ao setor cultural), 14.018 (auxílio financeiro às Instituições de Longa Permanência para idosos) e 14.019 (uso obrigatório de máscaras). Já o PL 675/20 (suspensão de cadastro negativo durante a pandemia) foi vetado totalmente. O veto deverá ser analisado em sessão do Congresso Nacional.

MPs: Publicadas as medidas provisórias 986 (regulamenta repasse de recursos ao setor

cultural), 987 (incentivos fiscais ao setor automotivo) e 988 (prorrogação do auxílio emergencial). Todas serão analisadas conforme rito sumário de tramitação definido pelo Congresso durante a pandemia.

Educação: Após indícios de inconsistências no currículo, o Ministro da Educação Carlos Alberto Decotelli entregou carta de demissão ao presidente Bolsonaro. Na quarta (01) foi publicado no Diário Oficial da União ato tornando sem efeito a sua nomeação. É cogitado para assumir o cargo Renato Feder, secretário de Educação do Paraná. Seu nome já tinha sido considerado pelo governo após a saída de Abraham Weitraub.

Legislativo

Plenário CD: Deputados concluíram na terça (30) a análise da MP 944/20 (Programa Emergencial de Suporte a Empregos) e da MP 930/20 (protege bancos de volatilidade cambial durante pandemia), que seguem para o Senado. Ainda, durante a sessão, aprovaram o texto base da MP 934 (normas sobre a duração do ano letivo). A matéria consta na pauta do Plenário da próxima semana para conclusão da votação. Por não ter sido analisada, a MP 922 que permitia contratação temporária de servidores aposentados perdeu a eficácia. Superada a resistência dos partidos de centro com negociação de verbas a prefeitos, foi aprovada na quarta (01), em primeiro e segundo turnos, a PEC 18/20, que



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

adia as eleições municipais para novembro. A proposta foi promulgada na quinta (02).

Nova votação de MPs: A Mesa Diretora da Câmara havia impetrado mandado de segurança no STF contra decisão do presidente do Senado de encaminhar para sanção as MPs 932/20 (Sistema S) e 936/20 (redução de salários) que, segundo a Câmara, foram alteradas pelos senadores e, por isso, deveriam voltar à análise dos deputados. No entanto, após solicitação do Sen. Davi Alcolumbre (DEM/AP), a Câmara recuou e desistiu da ação.

Plenário SF: Na terça (30), apesar de algumas resistências, os senadores aprovaram o PL 2630/20 (fake news). A matéria esteve na pauta da sessão da última quinta (25), mas a votação foi adiada por falta de consenso. O projeto segue para a Câmara. Na quinta (02) o Plenário aprovou as mensagens 28 e 29 (empréstimos para Curitiba) e o PLV 19/20, oriundo da MP 931 (assembleias corporativas), que vai à sanção.

Adiamento Eleições 2020: Promulgada a Emenda Constitucional 107, oriunda da PEC 18/20, que adia as eleições municipais para 15 de novembro - primeiro turno - e 29 de novembro - segundo turno. Durante a solenidade, o presidente do Congresso, Sen. Davi Alcolumbre (DEM/AP), informou que a decisão se fez necessária por conta da pandemia de covid-19 e irá permitir que o TSE tenha mais tempo para se adaptar a uma votação em tempos de pandemia.

Judiciário

TSE - Plenário: Em sessão, os ministros determinaram que as duas ações de investigação eleitoral ajuizadas contra a chapa Bolsonaro/Mourão retornem à fase de instrução para a produção de prova pericial. A Corte Eleitoral iniciou o recesso forense e retomará as atividades em 03 de agosto. Durante esse período, os prazos processuais estarão suspensos.

STF - Plenário: Ministros declararam procedente a ADI 3005, julgando inconstitucional atualização monetária das operações de crédito rural pela Taxa Referencial. Ainda, julgaram constitucional lei do Estado do RJ que proíbe cláusulas de fidelização nos contratos de prestação de serviços. Em sessão administrativa aprovaram alterações no Regimento Interno da Corte e na Resolução 642/19 que conferirão transparência e rapidez à tramitação de processos no Tribunal. O Supremo inicia o recesso forense e retomará as atividades em 04 de agosto.

Inquéritos: O Min. Alexandre de Moraes prorrogou por 180 dias o prazo para investigações no INQ 4781, que apura a divulgação de notícias falsas, ofensas e ameaças a ministros do STF. Já o Min. Celso de Mello autorizou a prorrogação, por mais 30 dias, do INQ 4831, que investiga suposta tentativa do presidente de interferir politicamente na Polícia Federal.



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

- ❖ Na segunda (29) foi realizado, por meio de videoconferência, o lançamento da **Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa**, que tem como intuito alavancar a discussão do tema e provocar o envio pelo Executivo de proposta ao Congresso. A Frente terá como coordenador o Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG). Na ocasião, o secretário de desburocratização do Min. da Economia, Paulo Uebel, responsável pela elaboração da minuta, destacou que o texto terá como premissas a **manutenção da estabilidade dos atuais servidores; preservação do emprego; não redução dos vencimentos e garantia da sustentabilidade do Estado sobre a folha de pagamento**.
- ❖ Apresentado em 01/07 pelo Sen. Reguffe (PODEMOS/DF) o **RQS 15/20 da CTFC**, que requer o convite do ex-ministro da Justiça Sérgio Fernando Moro a fim de **prestar informações sobre interferências do Presidente da República na Polícia Federal**. O requerimento aguarda análise pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.
- ❖ O Plenário da Câmara aprovou na quarta (01), em dois turnos, a **PEC 18/20**, do Sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros, que **adia as Eleições Municipais de 2020 e institui novos prazos eleitorais**. Foram suprimidos do texto o parágrafo que permitia ao TSE designar novas datas para o pleito em municípios que não tivessem condições sanitárias para realizar eleições e o inciso que possibilitava ao TSE a adequação das resoluções que disciplinam o processo eleitoral de 2020. A PEC, que determina o primeiro turno dia 15 de novembro e o segundo dia 29 do mesmo mês, foi promulgada na quinta (02) em sessão do Congresso Nacional e publicada no Diário Oficial da União na sexta (03) como Emenda Constitucional nº 107.
- ❖ Foi encaminhado em 02/07 ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, o **RIC 653/20** do Dep. Gustavo Fruet (PDT/PR) que requer informações relativas à **implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública**; e o **RIC 672/20**, apresentado pelo Dep. Marcelo Calero (CID./RJ), que requer informações sobre as **mudanças de seis superintendentes regionais e diversos outros cargos da administração, coordenação e diretorias da Polícia Federal**. O prazo para resposta do Ministro aos dois requerimentos finaliza em 03/08.

//

NOVAS PROPOSIÇÕES

CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Proposição	Autor	Descrição
<u>PL 3537/2020</u>	Deputado José Nelto (PODE/GO)	Altera a Lei da Migração para dispor sobre as categorias de passaportes brasileiros.
<u>PL 3560/2020</u>	Deputado Ricardo Silva (PSB/SP)	Acrescenta o §3º ao art. 45 da Lei n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), para estabelecer a suspensão temporária dos pagamentos das prestações das operações de créditos consignados durante períodos de emergência de saúde pública de importância nacional e estado de calamidade pública.



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

<u>PL 3621/2020</u>	Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	Regulamenta o § 11 do art. 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre parcelas de caráter indenizatório e dá outras providências.
<u>PL 3622/2020</u>	Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM)	Altera o art. 292 do Código de Processo Penal, para acrescentar dispositivos que regulamentam o uso de algemas.
<u>PL 3627/2020</u>	Deputado Nereu Crispim (PSL/RS)	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para criar mecanismos de verificação de identidade dos perfis ativos em aplicações de internet que atuem como redes sociais e plataforma de registro de ocorrência policial na hipótese de crimes contra a honra cometidos ou divulgados em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores e dá outras providências.
<u>PL 3633/2020</u>	Deputado Alexandre Frota (PSDB/SP)	Dispõe sobre o provimento de cargos públicos por mulheres que participarem de concurso público e dá outras providências, ficando estabelecido que no mínimo 15% (quinze por cento) dos cargos públicos, ofertados em Concurso Público, deverão ser destinados às mulheres.
<u>PLP 172/2020</u>	Deputado Nelson Barbudo (PSL/MT)	Altera o Código Tributário Nacional, a Lei de Interceptação Telefônica, a Lei do Sigilo das Operações Bancárias, e a Lei nº 13.979/2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, para dispor sobre a renúncia aos sigilos fiscal, das comunicações e bancário nos casos de dispensa de licitação fundamentados na Lei recém citada.
<u>REQ 1740/2020</u>	Deputada Caroline de Toni (PSL/SC)	Requerimento ao Presidente da Câmara Rodrigo Maia.

//

SENADO FEDERAL

Proposição	Autor	Descrição
<u>PL 3535/2020</u>	Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos tomados por servidores públicos e empregados públicos e privados que tiverem redução salarial durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.
<u>PDL 314/2020</u>	Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	Susta a Portaria nº 340, de 22 de junho de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que cria o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio.
<u>RQS 15/2020</u>	Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	Requer o convite do ex-ministro da Justiça Sérgio Fernando Moro a fim de prestar informações sobre interferências do Presidente da República na Polícia Federal.

//

RESULTADO DAS DELIBERAÇÕES

PLENÁRIOS



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado. A matéria vai ao Senado	<u>MPV 944/2020</u>	Poder Executivo	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.	Deputado Zé Vitor (PL/MG)	Favorável na forma do PLV	Plenário
Aprovado. A matéria vai ao Senado	<u>MPV 930/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.	Deputado AJ Albuquerque (PP/CE)	Favorável na forma do PLV	Plenário
Aprovada a subemenda substitutiva global de Plenário ao PLV. Adiada a continuação da votação	<u>MPV 934/2020</u>	Poder Executivo	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Deputada Luísa Canziani (PTB/PR)	Favorável na forma do PLV	Plenário
Aprovado	<u>REQ 1731/2020</u>	Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) e outros	Requerimento de quebra de interstício entre o 1º e o 2º turno para deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2020, que adia, em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19), as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.	-	-	Plenário
Aprovado. A matéria vai à promulgação	<u>PEC 18/2020</u>	Senado Federal - Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	Adia, em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19), as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.	Deputado Jhonatan de Jesus (REP./RR)	Favorável	CCJ, Comissão Especial, Plenário

//

SENADO FEDERAL

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado o parecer. A matéria vai à Câmara	<u>PL 2630/2020</u>	Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Favorável com substitutivo	Plenário



MOREIRA & GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Aprovado o PLV. A matéria vai à sanção.	<u>PLV 19/2020</u> (MPV 931/2020)	Presidência da República	Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020 .	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	<u>Favorável</u>	Plenário
Aprovado o PRS. A matéria vai à promulgação	<u>MSF 28/2020</u>	Presidência da República	Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 106,700,000.00 (cento e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Curitiba, no Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade da Linha Direta Inter 2”.	Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR)	<u>Favorável na forma de PRS</u>	Plenário
Aprovado o PRS. A matéria vai à promulgação	<u>MSF 29/2020</u>	Presidência da República	Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 38.141.124,00 (trinta e oito milhões, cento e quarenta e um mil e cento e vinte e quatro Euros), entre o Município de Curitiba, no Estado do Paraná e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), cujos recursos destinam se ao financiamento parcial do “Projeto Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba – Curitiba– PR (PGRC – Curitiba)”.	Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR)	<u>Favorável na forma de PRS</u>	Plenário
Não deliberado	<u>PL 848/2020</u>	Câmara dos Deputados - Kim Kataguirí (DEM/SP)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos à prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurar as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica.	Senador José Maranhão (MDB/PB)	<u>Favorável com substitutivo</u>	Plenário
Não deliberado	<u>PL 1826/2020</u>	Câmara dos Deputados - Reginaldo Lopes (PT/MG)	Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2).	Senador Otto Alencar (PSD/BA)	<u>Favorável com substitutivo</u>	Plenário

//



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

CONGRESSO NACIONAL | Dia 02, 10h00

Realizada sessão solene remota no plenário do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 107 de 2020, que "adia, em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19), as eleições Municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos". A matéria foi promulgada.



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955